

Andrea M T. Pennacchi¹

isis13@terra.com.br

55 18 9133 4655

O militarismo de direita nos Estados Unidos e as tendências de um novo modelo político na América do Norte

Resumo: A desilusão com o neoliberalismo adotado pelas lideranças políticas de centro-direita de vários países da América Latina nas duas últimas décadas está se fazendo sentir nas eleições por todo o continente. Desencantada com os resultados obtidos pelas privatizações, pelas desregulamentações do mercado financeiro e do trabalho e com a desagregação do estado keynesiano que promoveu o desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960, a população dos Estados do Mercosul afetados pelos efeitos negativos da globalização tem optado por colocar no poder candidatos de tendências de esquerda, gerando um momento novo na história do continente. Entretanto, enquanto se disseminam governos mais voltados para a prática socialista em países do Mercosul e em muitos de seus vizinhos, em Washington, os ideais da democracia representativa de Jefferson, Hamilton e Mason estão sendo substituídos pela política ultra-conservadora de um grupo *think tank* militarista apoiado pela gigantesca plutocracia do complexo militar-industrial, levando o país a tomar novos rumos, dantes impensados.

The militarist right in the United States: the trends of a new political model in North America

Abstract: The popular disillusion with neo-liberal reforms adopted by right-centered leaders in Latin America in the last two decades is building a new trend in continental elections. The feeble economic and social results achieved with privatizations, deregulation of labor and finances and the disintegration of the Keynesian states that produced the 1950 e 1960 industrial development in the region are pushing the population of many Latin American states to elect leftist candidates, brooding a new moment in the continental history. While governments with socialistic practice are disseminating in countries like Brazil, Uruguay, Chile, Venezuela and Bolivia, in Washington the representative democratic ideals of Jefferson, Hamilton and Mason are gradually being put in check by the ultra-conservative policy of a group of *think tank* militarists, fiercely strengthened by its military-industrial complex ties. These political differences are creating new perspectives for the northern continent and taking it to paths never imagined before.

¹ Docente das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo”, campus de Presidente Prudente- SP. Mestre em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, unidade de Assis/SP. Contato: Fone (18) 9133.4655 ou isis13@terra.com.br

Introdução

As eleições realizadas no continente americano nos primeiros anos desta década carregam em seu bojo uma forte carga de simbolismo econômico e político. Atualmente, cerca de três quartos da América Latina, uma região que abriga 355 milhões de pessoas, é governada por líderes de esquerda, todos emergindo no cenário político com uma nova definição do socialismo e com tendências muito mais pragmáticas do que idealistas.

Essa nova liderança emergente não é homogênea. A prática política da Venezuela de Hugo Chaves, do Peru de Evo Morales e o Brasil de Lula certamente apresentam diferenças fundamentais entre si, mas um dos fatores comuns que permitiram a chegada desses três líderes ao poder foi a decepção popular com o neo-liberalismo implantando no continente durante a década de 1990.

A nova proposta econômica, ao invés de impulsionar a descentralização política e promover a criação de uma economia mais livre e competitiva na região, apoiando-se em fortes instituições legais, apenas incrementou as dificuldades pré-existentes, acentuando o desemprego, a instabilidade econômica e a miséria social.

Por outro lado, enquanto uma espécie de socialismo caboclo razoavelmente comportado avança por todo o continente e tende a se expandir em 2006 com a provável eleição no México e no Peru de líderes socialistas, indígenas ou anti-americanos, nos Estados Unidos, a eleição e recondução de George W. Bush à presidência da República e o fortalecimento de uma direita ultra-conservadora e militarista no poder, demonstra que as conseqüências econômicas da Globalização também afetaram fortemente o desenvolvimento político do norte do continente.

Atualmente, na política doméstica e externa praticada pelos Republicanos e por seus seguidores adeptos do realismo, o Congresso – órgão até então fundamental no processo de representatividade popular e o mais importante fiscalizador das ações do Executivo – vem perdendo influência e espaço político para uma elite militarista que se consolidou nos altos escalões de Washington e que oportunamente, tem se aproveitado do clima de insegurança internacional causado pelas conseqüências econômicas, sociais e culturais do neo-liberalismo e da falsa sensação de segurança oferecida por Forças Armadas extraordinariamente bem equipadas, para apropriar-se de poderes sem precedentes na história do país.

Os ideais democráticos que sustentaram a República norte-americana ao longo dos últimos séculos tornaram-se obsoletos diante das atitudes autoritárias tomadas pela elite ultra-conservadora liderada por Cheney e Rumsfeld. Sob a justificativa de serem importantes para o sucesso na contra o terrorismo, atos como a aplicação da Doutrina Bush, a criação do *Homeland Security Office*, a

promulgação do *Patriotic Act* e a tentativa de revisão do *Posse Comitatus Act* são praticados cotidianamente apesar de seu aspecto questionável, sob o ponto de vista da liberdade e da democracia.

Por que isso estaria acontecendo?

Os Estados Unidos gozavam de uma série de privilégios sociais e econômicos no início da globalização e quando ela foi adotada como política econômica, parecia ser uma excelente alternativa teórica para ampliarem ainda mais esses benefícios. Entretanto, as alterações na natureza econômica, filosófica, ideológica e cultural do povo norte-americano provocadas pelo processo do neo-liberalismo, a médio prazo, foram desastrosas.

Hoje, diferentemente do período em que se constituíram uma república independente da dominação britânica e que eram compostos por uma sociedade quase exclusivamente puritana e coesa, ali estabelecida em busca de novas oportunidades para praticar livremente sua religião ou empreendimentos econômicos, a população norte-americana se transformou numa grande colcha de retalhos cultural, um cadinho de raças muito distinto do que forjou os primeiros colonos.

Os valores morais, políticos, sociais e religiosos dos primeiros tempos foram mesclados com os valores dos povos que compuseram as grandes ondas migratórias que fluíram para o país ao longo dos últimos três séculos e meio, alterando sua essência e diluindo-o.

Uma grande parte dos cidadãos que vivem atualmente em território americano não se sente mais ‘fazendo a América’ ou gozando dos privilégios oferecidos pela liberdade, mas se mantém em permanente estado de alerta ante os riscos que ameaçam sua segurança pessoal. Assustados e temendo por suas vidas, abandonam os antigos valores do passado e passam a apoiar formas radicais de militarismo expansionista acreditando que com isso, poderão se defender contra as agressões que se multiplicam – interna e externamente - contra a cultura anglo-saxônica..

Essa nova geração de norte-americanos se comporta em sociedade de forma muito distinta de como se comportavam seus antepassados, quando valores como liberdade e democracia faziam parte obrigatória da ordem do dia e a atuação agressiva e indiferente de seus governantes em relação ao restante do mundo tem respaldo nessa nova postura.

Por que isso está acontecendo? Porque a Constituição norte-americana, que um dia estabeleceu as bases de uma república burguesa, democrática e representativa está sendo publicamente desvirtuada para atender interesses pessoais e corporativos de uma classe militarista que se apossou do poder? Por que a grande maioria da população continua votando em candidatos que representam essa facção ?

É o que buscaremos descobrir por meio da análise de suas origens históricas.

A política de ‘portas abertas’ e a direita ultra-conservadora nos Estados Unidos

Ao fazer as leis que concretizaram a fundação de um estado liberal e democrático na América do Norte, os primeiros legisladores foram pragmáticos o suficiente para configurá-las de acordo com os interesses econômicos da burguesia que promovera o movimento de independência.

Direitos naturais dos cidadãos, tal como liberdade e isonomia, tão alardeados como bandeira revolucionária do movimento separatista foram relegados a um segundo momento na consolidação legal da independência, pois - para atender aos interesses econômicos da burguesia rural - o regime de escravidão que prevalecera no sistema colonial de *plantation* da economia sulista foi mantido até a segunda metade do século seguinte.

“A Constituição era essencialmente um documento econômico baseado no conceito de que os direitos fundamentais de propriedade são anteriores ao governo e moralmente, estão além do alcance da grande maioria popular.”

afirmou o historiador Charles Beard em controversa obra onde ele faz a interpretação da Constituição dos Estados Unidos. Nesse trabalho, ele explica a guerra civil resultante do choque de interesses do Norte e do Sul daquele país como um conflito dialético entre os ideais agrários de Thomas Jefferson e a visão capitalista de Alexander Hamilton, dois sistemas irreconciliáveis, segundo ele².

Com a vitória dos *yankees* sobre o sul agrícola, prevaleceu a economia industrial do norte que, impulsionada por uma legislação que beneficiava o capital, tornou-se cada vez mais auto-suficiente na produção de matérias primas e na criação de superávits no plano comercial. À medida que os mercados domésticos se saturavam com a produção nacional, a burguesia passou a pressionar o Estado para que lhes fosse facilitado suporte militar, não apenas para promover uma expansão internacional, como também para defender seus interesses comerciais no exterior.

Beard afirma que exportar o excedente econômico e industrial no século 19 – de forma impositiva ou desigual se necessário - tornou-se uma questão fundamental para a manutenção da nova sociedade norte americana, constituída sobre o poder e os privilégios do capital, e que essa necessidade os levou à prática de um imperialismo econômico diferente do praticado por outras potências industriais como Inglaterra ou França.

Os novos líderes republicanos não aspiravam criar um império no sentido estrito da palavra, pois pacificar, administrar e defender colônias era uma tarefa que, para eles, não valia a

2 BEARD, Charles, apud BACEVICH, A. *American Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2002. p. 10 e 11.

relação custo-benefício. Além disso, como imaginar soldados norte-americanos subjugoando populações estrangeiras, se sua herança revolucionária e simpatias anti-imperialistas ainda estavam tão fortemente arraigadas?

Por uma questão mesmo de coerência ideológica, as políticas de expansão econômica deveriam ser dirigidas para trazer ao país apenas os benefícios - e não encargos - de um império e conseqüentemente, não importava *quem* tinha a posse de um determinado mercado, ou quem era responsável por seu controle administrativo, mas sim *como* forçar a abertura de suas portas para o livre comércio.

Foi John Hay, Secretário de Estado dos Estados Unidos entre 1899 e 1900, quem inaugurou essa nova estratégia de política externa, nomeada por William Williams como imperialismo de “portas abertas”, uma estratégia clássica de expansão imperial não-colonialista, onde a persuasão política - e não a força das armas - deveria ser utilizada para obter trocas comerciais lucrativas para o país.

O que deve ser observado, entretanto, é que as ‘portas’ dos outros países, por uma série de motivos domésticos poderiam não ter interesse em abrir-se comercialmente aos Estados Unidos e, conseqüentemente, poderiam precisar de uma espécie de ‘arrombamento’.

Assim, quando falhasse a diplomacia e houvesse a necessidade de optar por ‘arrombar portas’ no exterior para facilitar o fluxo de sua produção industrial e de seus investimentos de capital, os Estados Unidos precisariam ter uma força militar permanente que pudesse assumir essa tarefa.

O grande efeito colateral dessa opção, entretanto, não se fez espera, afirma Beard (1986). Ao optar por “arrombar portas” para garantir os interesses de sua burguesia indústria no exterior, o Estado também “abriu portas” para que gradualmente, o militarismo e uma elite da indústria da defesa pudessem aumentar sua influência em altos postos do governo e no Pentágono, interferindo em suas decisões e se firmando como um poder à parte.

Economicamente, a expansão comercial norte-americana foi muito bem sucedida. Após a 2ª. Guerra Mundial, principalmente, o dinamismo econômico que havia sido iniciado no século anterior se consolidou de tal forma que transformou os Estados Unidos em uma superpotência com hegemonia política sobre todo o Ocidente e proporcionou à sua população grande prosperidade material.

Durante a década de 1970, entretanto, mudanças importantes ocorreram no cenário internacional e novos problemas emergiram, transformando a situação. A derrota norte-americana na guerra do Vietnã, a 1ª. crise do petróleo – e criação da OPEP – e os movimentos estudantis e

sindicais que eclodiram na França em 1968 quebrando o pacto social entre capital, trabalho e Estado que se estabelecera no pós-guerra, colocaram a hegemonia comercial norte-americana em cheque.

Com a economia internacional em recessão, ansiosos por sustentar sua posição dominante no mercado internacional e em proteger as estruturas do sistema capitalista que estava sendo colocado contra a parede, os Estados Unidos procuraram incentivar a produção industrial de países que estavam sob sua esfera de influência, principalmente os da Europa e o Japão, criando demanda com a abertura de seus próprios mercados ao exterior e sacrificando parte de sua indústria nacional à concorrência.

As conseqüências foram devastadoras. Em 1960, durante a Era de Ouro do capitalismo e no auge de sua produtividade, por exemplo, os Estados Unidos exportavam US\$ 19,6 milhões em bens e US\$ 6,3 em serviços enquanto importavam US\$ 14,8 milhões e US\$ 7,7, respectivamente, apresentando uma balança comercial positiva de US\$ 2,7 milhões.

Em 2004, três décadas pós a abertura dos mercados norte-americanos para bens importados esses números tomaram outras proporções: exportavam US\$ 807,5 milhões em bens e US\$ 343,9 milhões em prestação de serviços, enquanto importavam US\$ 1,5 bilhões e US\$ 296 milhões respectivamente, com uma balança comercial negativa anual de US\$ 668,1 milhões, como demonstra a Tabela I abaixo:

Tabela 1 – Contas Correntes das Transações Internacionais dos Estados Unidos: 1970 - 2004

Contas Correntes	1960		1990		2004	
	US\$ mi	%	US\$ mi	%	US\$ mi	%
Exportação de Bens e Serviços e Receitas Recebidas	30.5	100.0	706,9	100.0	1,530,9	100.0
Exportação de Bens	19.6	64.2	387,4	54.8	807,5	52.7
Exportação de Serviços	6.3	20.7	147,8	20.9	343,9	22.5
Receita de <i>assets</i> no Exterior	4.6	15.1	171,7	24.3	379,5	24.8
Importação de Bens e Serviços e Receitas Pagas	(23.7)	100.0	(759,2)	100.0	(2,118,1)	100.0
Importação de Bens	(14.8)	62.4	(498,4)	65.6	(1,472,9)	69.5
Importação de Serviços	(7.7)	32.5	(117,6)	15.5	(296,1)	14.0
Pagamento de <i>assets</i> no Exterior	(1.2)	5.1	(143,2)	18.9	(349,1)	16.5
Transferências unilaterais	(4,1)	-	(26,6)	-	(80,9)	-
Resultado da Balança Comercial	2,7	-	(84,9)	-	(668,1)	-

Fonte: Bureau of Economic Analysis. US International Transaction Account Data – Table 1: 15/12/2005. Disponível em <http://www.bea.gov/bea/di/table1.xls>. Acesso em jan.2005

Os números acima indicam que a decisão política de “abrir portas” à produção e estrangeira para dinamizar o mercado e conter o avanço socialista, teve como consequência a inversão do processo que levava os Estados Unidos à hegemonia mundial. De grandes produtores que foram, provendo mercadorias e capitais para todo o planeta, transformaram-se num grande mercado de consumo.

Alarmado com o déficit comercial que começou a se acelerar a partir dos últimos anos da década de 1980, o governo norte-americano adotou uma série de medidas de contenção. A necessidade de financiar o consumo interno e equilibrar suas balança comercial o levou a atrair capitais externos de volume equivalente ao das importações e com isso, intensificou um movimento de globalização financeira que iria afetar todo o mundo, mas principalmente, aos países em desenvolvimento.

Como a economia dos Estados Unidos estava em melhor forma para atrair o capital excedente de outros mercados por causa de sua poderosa força militar e por seu enorme volume inicial de capitalização, oferecendo maiores condições de segurança aos investidores, estes, sempre preferindo colocar seu dinheiro em mercados seguros e lucrativos, passaram a aplicá-lo em grande escala na economia norte-americana e não em mercados da América Latina ou de outros países do Terceiro Mundo, que necessitavam desesperadamente desses recursos para recuperara suas economia combalidas pelas crises do petróleo e do dólar - e retomar o crescimento.

É por esse motivo que as transações internacionais financeiras também acompanharam a tendência apresentada na Tabela I, com fluxo muito maior de capitais entrando no grande mercado norte-americano, do que saindo. Apesar dos investimentos dos Estados Unidos no exterior terem crescido 953% logo após a queda da União Soviética em relação aos números de 1970, os investimentos estrangeiros no país durante o mesmo período foram maiores, crescendo cerca de 1.200%.

Esses números evidenciavam a atratividade do país para os investidores estrangeiro e o novo rumo tomado pelos recursos internacionais que anteriormente eram investidos nos países em desenvolvimento, mas como pode ser observado na Tabela II, apesar do fluxo financeiro ser constante e crescente, o consumo desenfreado de bens importados e a fraca produtividade física do país não permitiram que esses recursos combatessem efetivamente o débito comercial do governo e equilibrasse suas contas.

Tabela II – Contas Financeiras das Transações Internacionais nos Estados Unidos: 1970 – 2004

Contas Financeiras	1970	1990	2000	2001	2004
---------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

	US\$ mi	US\$ mi	US\$ mil	US\$ mi	US\$ mi
<i>Assets</i> dos Estados Unidos no Exterior	(8,5)	(81,2)	(560,2)	(382,6)	(855,5)
<i>Assets</i> estrangeiros nos Estados Unidos	6,4	110,8	1.048,9	782,8	1.440,1
Balanço	(2,2)	29,6	488,7	400,2	584,6

Fonte: Bureau of Economic Analysis. US International Transaction Account Data – Table 1: 15/12/2005

Em 2001, a retração econômica e o ato terrorista do 11 de setembro promoveram a queda do volume das ações movimentadas em Wall Street e a fuga de capitais estrangeiros causada pelo pânico ao ato terrorista do 11 de setembro abalaram a estrutura já fragilizada da economia norte-americana, desestabilizando ainda mais sua balança comercial e provocando recessão alguns em setores que ainda apresentavam produtividade.

Em outras palavras, o resultado negativo da política de “portas abertas” para um país produtivo como os Estados Unidos pode ser observado através de suas principais consequências: 1) promoveu inicialmente o aumento do PIB, mas também aumentou o consumo interno de produtos importados e 2) aumentou o deficit da balança comercial, ampliando os números da dívida externa e arruinando vários setores da industria nacional.

Para melhor exemplificar o exposto acima, o Gráfico I indica a evolução do PIB entre 1930 e 2002 e demonstra um crescimento lento e constante da renda nacional até 1970, quando seu valor atinge US\$ 1,0 trilhão. A partir daí, os números passam a evoluir geometricamente, até chegar ao valor de US\$ 11,6 trilhões em janeiro de 2006.

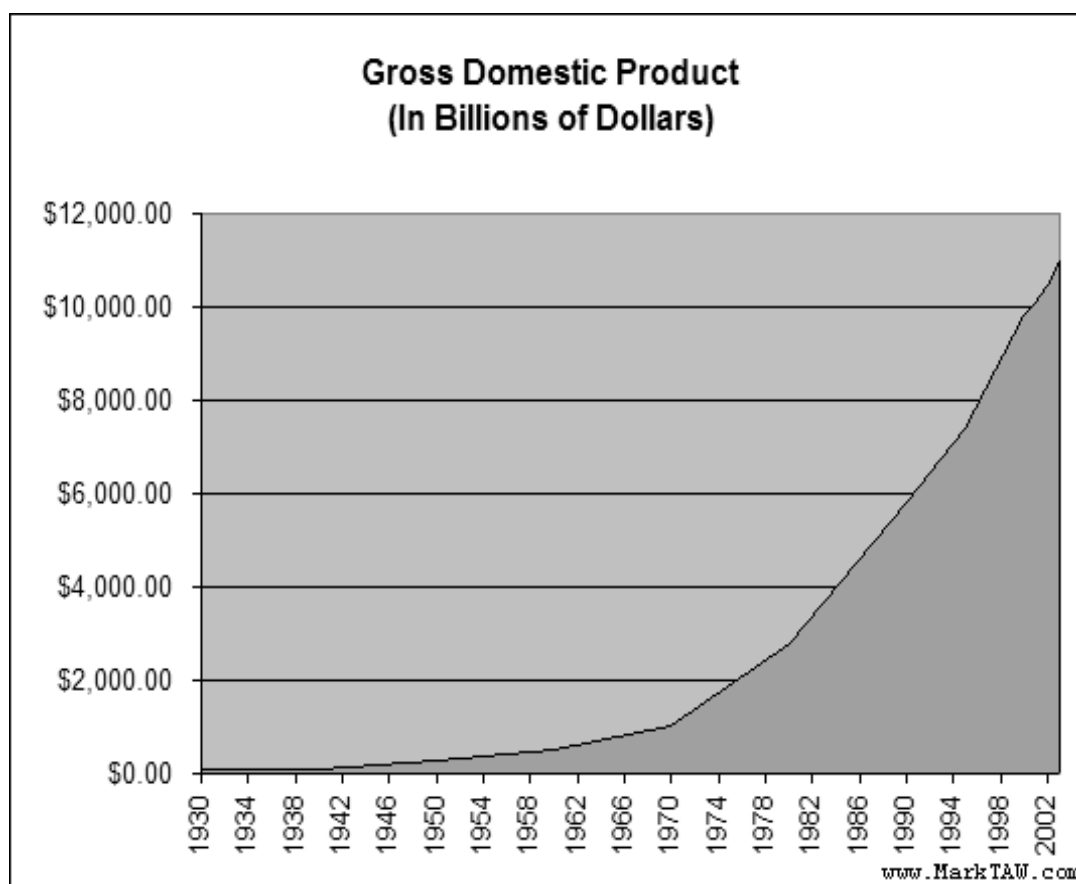


Gráfico I – PIB dos Estados Unidos: 1930 a 2002³

Enquanto o PIB cresce onze vezes no período, o débito fiscal - que era de US\$ 389 bilhões em 1970 - passou a ser de US\$ 7,4 trilhões em 2004, ou seja,dezenove vezes maior, demonstrando que a economia apresenta maior indvidamento do que crescimento, como pode ser observado no Gráfico II, abaixo:

³ Financial Forecast Center. Disponível em <http://www.forecasts.org/index.htm> . Acesso em 17/01/2006.

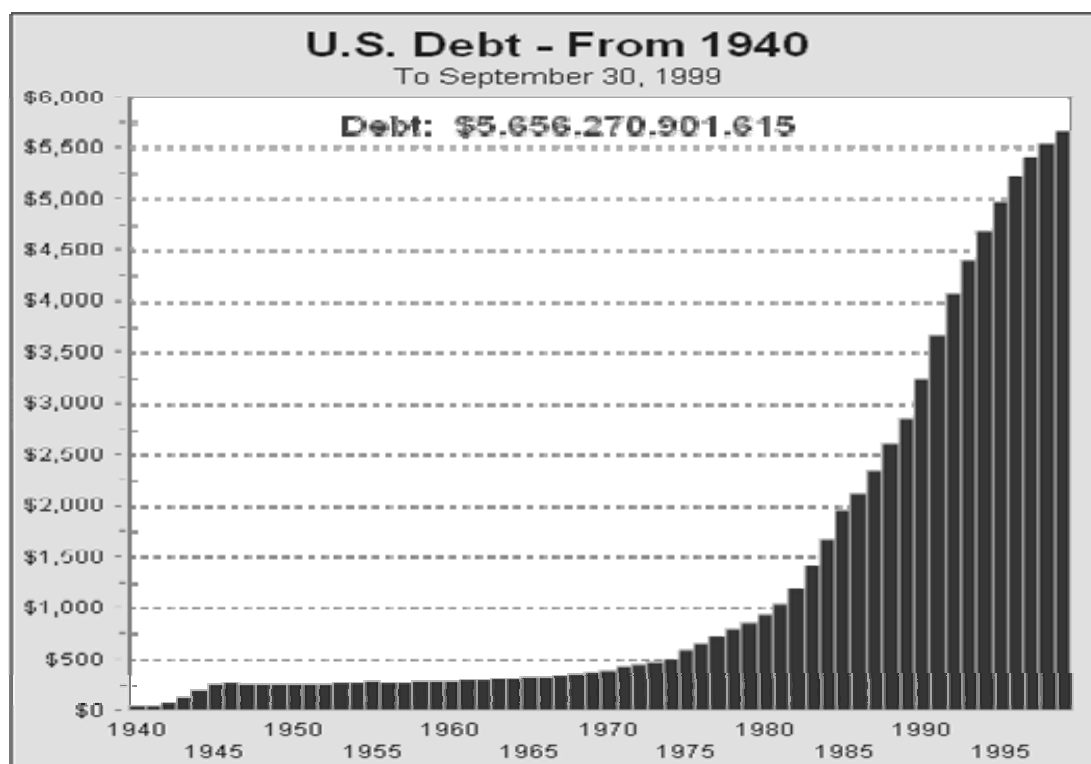


Gráfico II – Débito Fiscal dos Estados Unidos: 1940-1999⁴

A plutocracia norte americana que ascendeu e se consolidou no poder após a queda da União Soviética e que instaurou um sistema de vida a crédito aos consumidores e ao país, é muito distinta da liderança social-democrata dos anos 1950-70, partidária da democracia de massa, da liberdade de expressão, da ampliação dos direitos sociais e da luta pelos direitos civis.

Essa guinada em termos de liderança se manifesta principalmente na perseguição de novos objetivos políticos e econômicos para o país. A crise do petróleo em 1973 e a formação da OPEP como órgão regulador do produto despertou nos norte-americanos uma preocupação muito maior em controlar as reservas energéticas do distante Oriente Médio do que em estreitar relações com sua própria vizinhança continental.

Por que eles fizeram essa escolha? Na verdade, essa prioridade não se deve apenas à importância do petróleo para o funcionamento do parque industrial norte-americano, porque o país depende relativamente pouco daquela região. Em 2001, por exemplo, dos 3.5 bilhões de barris de petróleo importados pelos Estados Unidos, 27.3% eram oriundos da Arábia Saudita (16.7%) , Iraque (8.1%) e Kuwait (2,5%). Na África e Ásia, Angola (3,5%) e Nigéria (8.8%) eram os maiores exportadores de um total de 13.7% enquanto o restante do mundo, participava com 12.9%.

O grande fornecedor externo de recursos energéticos para os Estados Unidos, entretanto, é a América, com cerca 44.94% do consumo total, que somados à produção norte-americana atingem

⁴ Fonte: <http://www.bea.gov/bea/di/home/iip.htm>

quase 70%. Canadá (13,8%), México (14,2%) e Venezuela (14,8%) lideram o ranking continental, que é completado por mais 2% de participação das Antilhas Holandesas, Equador, Peru e Trinidad Tobago⁵.

Porque então essa obsessão pelo controle do Oriente Médio, que levou Washington a se afastar das preocupações e do crescimento dos países que circulavam em sua vizinhança na América Latina e que, não apenas se constituíam como um amplo mercado de trocas eventualmente mais competitivo para sua produção manufatureira, como também ansiava desesperadamente por capitais excedentes para se modernizar?

Essa obsessão com o Oriente Média tem fortes razões políticas: os demais países industriais na Europa e na Ásia não eram auto-suficientes em energia fóssil como os Estados Unidos e dependiam dos recursos energéticos daquela região. Europa e Japão não têm tampouco o acesso ilimitado que os Estados Unidos têm sobre as reservas da América.

Ou seja, para os norte-americanos, controlar a energia no Oriente seria o mesmo que controlar a energia do mundo e mais especificamente, dos dois polos produtivos e superavitários que sustentavam seu consumismo e que poderiam denunciá-lo quando esse mercado ficasse demasiadamente inseguro.

A estratégia energética dos EUA portanto, tem sua lógica. O problema é que para poder continuar exercendo controle estratégico sobre uma região do mundo tão distante e para dispor de meios para continuar impondo ao capital internacional a manutenção de uma estrutura econômica cada vez mais deficitária, os Estados Unidos precisavam de um ostensivo aparato militar - que não apenas conquistasse os espaços físicos necessários para sua estratégia política - mas que se estabelecesse neles militarmente com forças incontestáveis.

E foi justamente a necessidade desse aparato militar ostensivo que fortaleceu Nada poderia agradar mais à direita ultraconservadora e ao setor interno voltado para a produção de armamentos de defesa do que a perseguição desse objetivo.

Conclusões

A estratégia adotada pelos Estados Unidos ao tentar controlar a principal fonte de recursos energéticos mundiais, fortalecendo o poder de suas forças armas e ampliando os orçamentos dedicados à sua manutenção em um mundo relativamente pacífico, começou a se acentuar

⁵ TODD, Emmanuel, apud Census.

principalmente após 1996, com a constatação de que o desmoronamento da União Soviética era definitivo e que a Rússia, enfraquecida ideológica e economicamente, não tinha condições militares de lhe fazer frente.

O domínio militar sobre o Oriente Médio e sobre suas reservas de gás e petróleo pode ter tido a finalidade de obter meios para continuar ditando regras unilateralmente no mercado internacional e eventualmente, pode ter sido uma opção obrigatória para a manutenção do *establishment* norte-americano, mas certamente os resultados colaterais provocados por ela não foram previstos.

O primeiro efeito dessa estratégia se fez sentir no ambiente doméstico, pois colocando-se sob a dependência dos militares e da indústria de defesa - que iriam sustentar, respectivamente, com contingentes humanos e com sofisticada tecnologia armamentista essa movimentação monopolizadora no Oriente Médio e principalmente no Golfo Pérsico - o país transformou-se em refém de um grupo ultra-conservador e belicoso que ascendeu a altas posições em Washington e que, sem demonstrar grandes contemplações para com os ideais formadores do país – democracia e liberdade individual - passou a concentrar no poder executivo medidas cada vez mais centralizadoras.

O fortalecimento de uma direita militarista, anti-democrática, plutocrática e centralizada em um país democrático, liberal e individualista como os Estados Unidos foi providencialmente incentivado pela ação terrorista do 11 de setembro, que forneceu aos neoconservadores o apoio popular de cidadãos aterrorizados com as ameaças contra sua segurança. Para não perder a adesão popular, o sentimento de perigo eminente foi cuidadosamente mantido por meio de propaganda interna do Departamento de Defesa, do *Home Security Office* e da Doutrina Bush até as eleições de 2004, quando os militares se firmaram por mais quatro anos no poder por meio das urnas que reelegeram Bush.

A globalização iniciada na década de 1990 foi, portanto, o veículo que ajudou a expandir a política neo-liberal por todo o mundo e sua ação foi o resultado do colapso da Era de Ouro do capitalismo social-democrata do pós guerra e dos benefícios do *Welfare State*.

Nos Estados Unidos - um país detentor de um parque industrial altamente desenvolvido e que primava por desenvolver tecnologia de informação e de comunicação de ponta - a prática de uma política de ‘portas abertas’ com objetivos político-estratégicos durante a Guerra Fria, num momento de recessão mundial, irá provocar a inundação do mercado interno com produtos e capitais estrangeiro e arruinar vários setores produtivos da economia nacional.

A manutenção do *reagnomics* irá gradualmente, ao longo de duas décadas, reverter o papel de potência produtiva exercido pelos Estados Unidos e transformá-lo no grande centro consumidor do mundo - seja de bens e serviços, seja de capitais - movimentando toda a economia mundial em função das necessidades de sua população.

Como as contas públicas norte-americanas começaram a apresentar um déficit acentuado que atingiu, por exemplo, a casa de US\$ 8,1 trilhões em janeiro de 2006 e que têm se aproximado demais do PIB de US\$ 11 trilhões - e como a competitividade e produtividade da indústria e dos serviços nacionais vêm recuando ano a ano - o governo passou a adotar uma série de posições estratégicas para garantir a manutenção desse *status quo*.

Parte dessa estratégia foi a manutenção de bases militares convenientemente hospedadas nos antigos protetoradas da Alemanha e Japão, grandes investidores e parceiros comerciais, para que a força como elemento de dissuasão seja utilizada caso os riscos advindos de um endividamento crescente e a uma capacidade produtiva em queda, os motive a levar seus capitais para outros mercados.

Outro recurso, igualmente a ser utilizado como forma de pressão, foi conquistar e manter sob controle militar as reservas energéticas do Oriente Médio - via conflitos com Afeganistão, Iraque e eventualmente Irã, países estrategicamente importantes na geopolítica energética regional e no atendimento à demanda mundial - com a mesma finalidade.

O crescimento descontrolado do endividamento interno e a necessidade de criar estratégias de um militarismo demonstrativo, tanto na luta contra potências menores quanto na manutenção de propaganda domésticas contra ameaças externas difusas, já que não existe mais o risco soviético, levou ao fortalecimento político de uma plutocracia ultra-conservadora que assumiu altos postos no governo e que, interagindo com o Pentágono e com mega-grupos monopolistas da indústria da defesa, tem transformado o aspecto ideológico do país.

Assim, esses militaristas passaram gradualmente a substituir os direitos democráticos, liberais e individualistas - tão caros à população norte-americana - por uma administração centralizadora e autoritária, que não poupa discursos na mídia para assegurar à população que a liberdade é um valor menos importante que a segurança e que se apropria do poder à custa do medo que dissemina.

Presidente Prudente, 29 de maio de 2006.

04/07/2006 16:15

Referência Bibliográficas

BACEVICH, Andrew. **American Empire**. London: Harvard University Press, 2002

BEA - Bureau of Economic Analysis. *International Investments Data*. **US Department of Commerce**. Disponível em : www.bea.gov/bea/di/home/iip.htm. Acesso em dez. 2005

_____. *US International Transaction Account Data*. **US Department of Commerce**. Disponível em: <http://www.bea.gov/bea/di/home/iip.htm>. Acesso em: dez. 2005

BEARD, C. **An Economic Interpretation of the Constitution of the United States**, New York: The Free Press, 1986.

BICC – Bonn International Center for Conversion. *BICC Data Base* Last updated: March 2005. Disponível em : <http://www.first.org>. Acesso em: jan. 2006

BPD - *Bureau of the Public Debt*. Disponível em: <http://www.publicdebt.treas.gov/opd/opdint.htm>. Acesso em jan. 2006

CDI – Center of Defense Information. *Military Expenses*. Disponível em: <http://www.cdi.org/issues/usmi/complex/>. Acesso em: dez.2005.

CHOMSKI, Noah. **Hegemony or Survival**. New York: Owl Book, 2005

CIA – **Central Intelligence of America**. Disponível em: <http://www.cia.gov/cia/publications/>. Acesso em: jan.2006.

DoD – **US Department of Defense**. *National Defense Budget Estimates for FY2003* Available at: <http://www.defenselink.mil/>. Acesso em: jan.2006.

FB – *Federal Budget*. Disponível em: <http://www.federalbudget.com>. Acesso em: jan.2006.

FFC - *Financial Forecast Center*. Disponível em: <http://www.forecasts.org/index.htm>. Acesso em: dez..2005.

FIORI, José Luis. **O Consenso de Washington**. Conference apresentada no Centro Cultural do Banco do Brasil em 04 Set. 1996

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2005. 2ª. Edição.

JOHNSON, Chalmers. **The Sorrows of Empire**. New York: Owl Book, 2004

NDAC - National Debt Awareness Center. Atualizado em 08/05/2005.

TODD, Emanuel. **Depois do Império**. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.